

# **A EXPRESSÃO DA PENALIDADE PELA MATERNIDADE NA INSERÇÃO DAS MÃES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

**Palavras-Chave: Desigualdade, Mercado de trabalho, Covid-19, Maternidade**

**Autores/as:**

**BEATRIZ IURCIC DE SOUZA - UNICAMP**

**Prof./<sup>a</sup> Dr./<sup>a</sup> IVETTE LUNA (orientador/a) - UNICAMP**

---

## **INTRODUÇÃO:**

É característico da economia brasileira um desbalanceamento entre os gêneros nos espaços produtivo e reprodutivo, no sentido do fortalecimento da divisão sexual do trabalho, que, na maneira como se apresenta atualmente, cria uma contradição estrutural dentro do sistema capitalista, pois ao mesmo tempo em que o capital depende da reprodução da vida, ele desorganiza as suas bases de sustentação (TEIXEIRA e ALEGRI, 2021).

Dito isso, apesar do cenário da inserção de mulheres no mercado de trabalho ter apresentado melhora no início da década passada, as mudanças políticas e legislativas que ocorreram a partir de 2015, sobretudo a reforma trabalhista de 2017, transferiram ainda mais a responsabilidade da reprodução para a esfera privada. Portanto, é lógico pensar que as mulheres com filhos foram afetadas de forma particular por essas mudanças, uma vez que recaem sobre elas as tarefas: produtivas, domésticas e de cuidados, forçando-as a procurarem postos de trabalho que permitam conciliar todas as obrigações, com jornadas parciais ou flexíveis, por exemplo, o que afeta não só a participação deste grupo no mercado de trabalho, como também a qualidade dessa participação, no que diz respeito a salário, nível de oportunidades de crescimento profissional e direitos trabalhistas.

Soma-se a esse cenário desfavorável, a crise econômico-sanitária no Brasil, causada pelo avanço do vírus da COVID-19, a partir de março de 2020, que motivou a implementação de medidas de distanciamento social, afetando as mulheres de maneira multidirecional: pelo fechamento de postos de trabalho, formais e informais; pela redução da rede de apoio, dado o fechamento de escolas, creches e dispensa de empregadas domésticas, por exemplo, o que causou um aumento significativo da sua carga horária despendida com o trabalho doméstico não-remunerado e, desse modo, para a redução da carga horária de trabalho remunerado ou até para a sua saída da força de trabalho (GORAYEB, FERREIRA, FONSECA, FILLETI e CAJUEIRO).

Nesse contexto, a pesquisa parte da hipótese que, além de todas as instâncias descritas acima, ainda recai sobre as mulheres com filhos uma penalidade pela maternidade, e tem por objetivo validar essa hipótese, mensurando a sua expressão no que diz respeito à participação e a qualidade da inserção no mercado de trabalho de mulheres com filhos, nos diferentes setores da economia brasileira, no contexto da pandemia de Covid-19.

## **METODOLOGIA:**

A fonte de dados utilizada neste projeto de iniciação científica é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 a 2021, para o terceiro trimestre, a nível de todo Brasil e realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que inclui perguntas específicas sobre condição de atividade, e informações de todos os residentes do domicílio, assim possibilitando

relacionar estes atributos com a inserção no mercado de trabalho. A escolha do ano inicial (2019) se deu por motivo de procurar diminuir os efeitos causados apenas pela reforma trabalhista, que já corria há dois anos, e o cenário anterior, na tentativa de isolar, na medida do possível, o impacto da pandemia. Já o semestre de referência (3º) foi selecionado para incluir o terceiro semestre de 2020, momento em que a taxa global de ocupação atingiu seu menor valor no ano, bem como o montante de pessoas fora da força de trabalho, de acordo com o painel da PNAD contínua.

O recorte amostral selecionou mulheres e homens de 25 a 49 anos, na posição de “Pessoa responsável” ou “Cônjuge ou companheiro(a)”, residentes do Brasil. A escolha desta faixa etária levou em conta que, neste intervalo de idade, são observadas as mais altas taxas de inserção no mercado de trabalho, a maioria dos indivíduos já atingiu sua escolaridade máxima e evita-se captar efeitos da aposentadoria precoce (GUIGINSKY e WANJNMAN, 2019). Além disso, para análises sobre a precariedade da ocupação e a jornada de trabalho, foram considerados somente os indivíduos ocupados e com declaração dos rendimentos e das horas de trabalho.

Estes indivíduos também foram classificados de acordo com as informações dos demais residentes do domicílio em duas esferas: nupcialidade e presença de filhos. Para os domicílios que continham dois indivíduos cujas posições no domicílio eram “Pessoa responsável” e “Cônjuge ou companheiro(a)”, foi atribuído a ambos, através da chave do domicílio, a condição de “Com cônjuge”; em contrapartida, na ausência de um indivíduo na posição de “Cônjuge ou companheiro(a)”, foi atribuído à “Pessoa responsável” a condição de “Sem Cônjuge”. Similarmente, para domicílios com pelo menos um indivíduo nas posições de “Filho(a)” ou “Enteado(a)”: se estes indivíduos tivessem de 0 a 3 anos ou de 4 a 7 anos e não frequentam a escola, atribuiu-se à ambos, “Pessoa responsável” e “Cônjuge ou companheiro(a)” (se presente), a condição de “Filhos em idade pré-escolar”; se tivessem de 4 a 7 anos e frequentam a escola ou tivessem entre 8 e 11 anos, atribuiu-se a condição de “Filhos em idade escolar”; se tivessem de 12 a 18 anos, “Filhos com mais de 12 anos”; e, por fim, caso não houvesse a presença de nenhum filho co residente, “Sem filhos”.

A maioria das demais classificações seguiram as classificações nativas da PNAD contínua, como o recorte racial. No caso da escolaridade, uma reclassificação foi feita para tornar comparáveis os resultados obtidos com os do artigo de referência de Guiginski e Wajnman (2019), de modo a encaixar os indivíduos em apenas 4 categorias: “Ensino fundamental completo”, “Ensino médio completo”, “Ensino superior completo”, e “Sem escolaridade”. Além disso, da mesma forma que é feito no artigo, para a classificação dos postos de trabalho como precário ou não precário, utilizou-se a metodologia proposta por Guimarães *et al* (2010), com as mesmas modificações feitas por Guiginski e Wajnman.

Utilizou-se o software R para o tratamento e processamento dos dados, mais especificamente as funções nativas e do pacote *tydiverse* para as classificações nos microdados em formato de data frame, e o pacote *survey*, posteriormente, para realizar operações de subset e os cálculos dos indicadores finais, considerando assim os pesos e estratificações dos domicílios, na busca de um resultado mais fiel à realidade. E, na formatação, optou-se pelo software Excel, pela facilidade de personalização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A Tabela 1 apresenta, não só as descrições das amostras de cada ano, mas também as estimativas populacionais destes parâmetros. Podemos observar que, ainda que a maioria das pessoas na amostra contem com a presença de cônjuge, houve uma queda constante neste parâmetro durante os três anos, em todas as categorias, mas, principalmente para pessoas sem filhos. Além disso, apesar de homens e mulheres sem filhos, apresentarem proporções similares neste quesito, uma vez verificada a presença de filhos, os homens quase que em sua totalidade apresentam presença de cônjuge, sendo mais intenso para os que moram com filhos em idade pré escolar (99,1%). Já as mulheres, na média dos 3 anos, contam bem menos com a presença de cônjuge, 87,4% para as com filhos em idade pré-escolar, 82,6% para as com filhos em idade escolar e 77,3% para as com filhos com mais de 12 anos. Essa diferença explica, em partes, por conta da limitação da amostra (apenas responsáveis pelo domicílio e seus cônjuges), o maior contingente de mães solteiras no Brasil.

Por volta de 15% das mulheres e dos homens da amostra vivem com filhos em idade pré-escolar e são, em média, mais jovens do que os demais grupos. Já as pessoas sem filhos

representam cerca de 50% da amostra (com pesos aplicados) e são as que apresentam a maior

**TABELA 1**  
Estatísticas descritivas, por presença de filho, segundo sexo  
Brasil - 3º trimestre 2019 a 2021

Variáveis	Sem filhos			Filhos idade pré-escolar			Filhos idade escolar			Filhos mais de 12 anos			Total		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
<b>Mulheres</b>															
Cônjuge (%)															
Com cônjuge	77,1	76,4	75,7	88,3	88,0	86,0	83,1	82,9	81,8	78,2	76,5	77,1	80,1	79,5	78,7
Sem cônjuge	22,9	23,6	24,3	11,7	12,0	14,0	16,9	17,1	18,2	21,8	23,5	22,9	19,9	20,5	21,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade (anos)															
	38,5	38,6	38,5	32,7	33,1	33,0	35,7	35,7	36,0	39,7	40,0	40,1	37,3	37,4	37,4
Nível de Escolaridade (%)															
E. Fundamental completo	12,0	11,5	11,8	15,2	15,1	15,7	17,0	15,3	16,1	15,8	15,0	16,1	14,1	13,4	13,9
E. Médio completo	39,9	41,0	41,2	45,1	43,3	43,9	41,1	44,2	44,1	36,7	40,2	39,0	40,4	41,9	41,9
E. Superior completo	25,7	27,6	27,7	22,8	26,3	24,6	18,6	20,5	20,7	15,8	16,2	17,4	22,2	24,1	24,2
Sem escolaridade	22,4	19,9	19,3	16,9	15,4	15,7	23,2	19,9	19,2	31,8	28,7	27,5	23,2	20,6	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Raça/Cor (%)															
Amarela	0,7	0,8	0,8	0,7	0,5	0,8	0,7	0,5	0,7	0,5	0,6	0,6	0,7	0,6	0,8
Branca	45,3	45,0	44,3	40,5	42,0	41,0	37,2	38,9	40,5	38,9	39,0	38,5	41,9	42,3	42,2
Ignorado	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indígena	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,6	0,6	0,5	0,3	0,5	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4
Parda	44,2	44,8	44,3	48,3	47,2	47,5	51,6	50,2	49,0	50,4	49,9	50,0	47,3	47,1	46,6
Preta	9,4	9,1	10,2	10,1	10,0	10,1	9,9	9,9	9,5	9,7	10,2	10,4	9,7	9,6	10,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Montante populacional	16.233.922	16.007.337	16.490.779	4.686.147	4.953.863	4.896.939	6.933.366	7.047.046	6.886.642	5.144.518	5.211.506	4.940.314	32.997.952	33.219.752	33.214.675
Proporção (%)	49,2	48,2	49,6	14,2	14,9	14,7	21,0	21,2	20,7	15,6	15,7	14,9	100,0	100,0	100,0
<b>Homens</b>															
Cônjuge (%)															
Com cônjuge	74,3	73,0	71,8	99,5	99,2	99,1	98,3	98,2	98,0	96,7	95,8	96,0	85,4	84,8	83,7
Sem cônjuge	25,7	27,0	28,2	0,5	0,8	0,9	1,7	1,8	2,0	3,3	4,2	4,0	14,6	15,2	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade (anos)															
	37,6	37,6	37,7	34,5	35,1	34,9	37,6	37,8	37,9	41,1	41,3	41,3	37,5	37,7	37,7
Nível de Escolaridade (%)															
E. Fundamental completo	14,3	13,8	14,2	17,8	17,3	17,1	17,2	15,9	16,8	16,4	16,4	16,0	15,6	15,1	15,3
E. Médio completo	39,8	40,5	40,6	41,2	42,4	42,2	37,8	41,5	40,2	32,8	36,3	36,5	38,8	40,5	40,3
E. Superior completo	19,3	22,1	21,5	16,8	19,3	18,0	14,9	15,9	17,0	11,2	11,2	13,4	17,1	19,2	19,2
Sem escolaridade	26,6	23,6	23,7	24,1	21,0	22,8	30,1	26,7	26,1	39,5	36,2	34,1	28,4	25,2	25,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Raça/Cor (%)															
Amarela	0,6	0,6	0,8	0,7	0,6	0,7	0,8	0,6	0,8	0,7	0,6	0,5	0,7	0,6	0,8
Branca	41,2	42,7	42,0	41,0	40,1	40,0	38,4	37,7	41,1	37,4	37,4	36,8	40,2	40,7	40,9
Ignorado	0,0	0,1	0,0	-	0,0	0,0	-	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indígena	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4
Parda	46,2	45,6	45,3	47,0	48,7	48,5	50,0	50,2	47,8	50,9	51,9	50,2	47,6	47,7	46,8
Preta	11,6	10,8	11,5	10,7	10,2	10,5	10,4	11,2	9,8	10,5	9,6	12,0	11,1	10,6	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Montante populacional	15.471.842	15.458.511	15.846.181	4.554.017	4.701.117	4.596.028	5.428.434	5.589.894	5.381.141	3.470.119	3.425.525	3.302.151	28.924.412	29.175.047	29.125.500
Proporção (%)	53,5	53,0	54,4	15,7	16,1	15,8	18,8	19,2	18,5	12,0	11,7	11,3	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019 a 2021.

presença de pessoas com ensino superior completo, 27,7% das mulheres e 21,5% dos homens. Em contrapartida, o grupo que apresenta os menores níveis de escolaridade é o de pessoas com filhos acima de 12 anos de idade, 27,5% das mulheres possuem menos do que o ensino fundamental completo e 34% dos homens, enquanto que, para o ensino superior completo, temos 17,4% das mulheres e 13,4% dos homens no grupo.

A Tabela 2 apresenta as taxas de participação, ocupação e desemprego e a proporção de inativos, desagregadas para as mesmas categorias de presença de filhos da Tabela 1. Observam-se evidências que corroboram com o argumento de que as mulheres, principalmente com filhos, tenham saído mais intensamente da força de trabalho que os homens durante a pandemia, sobretudo em 2020 (GORAYEB, FERREIRA, FONSECA, FILLETI e CAJUEIRO). A maior queda na participação, em pontos percentuais, ocorreu para as mulheres com filhos com mais de 12 anos de idade (-9 p.p.), porém, este grupo, antes da pandemia, apresentava uma participação maior que os demais grupos com filhos. Assim, a menor taxa de participação ficou com as mulheres com filhos em idade pré-escolar (55,9%), em 2020, seguida pelas com filhos em idade escolar (60,3%) e só então viria o terceiro grupo com filhos com mais de 12 anos (63,0%). Em contrapartida, as mulheres sem filhos também apresentaram uma queda brusca na participação (-7 p.p), maior que a de mulheres com filhos em idade pré-escolar. Por conta disso, há de se pensar que a queda em si, na participação, talvez só

**TABELA 2**  
Taxas de participação, ocupação e desemprego e proporção de inativos, por presença de filho, segundo sexo  
Brasil - 3º trimestre 2019 a 2021

Variáveis (%)	Sem filhos			Filhos idade pré-escolar			Filhos idade escolar			Filhos mais de 12 anos			Total		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
<b>Mulheres</b>															
Taxa de participação	76,8	69,2	74,6	62,2	55,9	60,6	69,2	60,3	67,2	72,0	63,0	69,2	72,4	64,3	70,2
Taxa de ocupação	90,2	86,8	88,6	87,5	85,7	85,3	88,4	85,6	86,2	88,8	85,1	87,9	89,3	86,1	87,6
Taxa de desemprego	9,8	13,2	11,4	12,5	14,3	14,7	11,6	14,4	13,8	11,2	14,9	12,1	10,7	13,9	12,4
Inativos	23,2	30,8	25,4	37,8	44,1	39,4	30,8	39,7	32,8	28,0	37,0	30,8	27,6	35,7	29,8
<b>Homens</b>															
Taxa de participação	93,7	90,3	93,3	96,3	93,3	96,0	95,1	92,1	95,3	94,2	89,4	93,8	94,4	91,0	94,1
Taxa de ocupação	94,3	91,8	94,4	94,6	91,5	94,8	94,3	92,5	95,0	94,1	91,6	95,3	94,3	91,8	94,7
Taxa de desemprego	5,7	8,2	5,6	5,4	8,5	5,2	5,7	7,5	5,0	5,9	8,4	4,7	5,7	8,2	5,3
Inativos	6,3	9,7	6,7	3,7	6,7	4,0	4,9	7,9	4,7	5,8	10,6	6,2	5,6	9,0	5,9

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019 a 2021.

esteja, em partes, ligada a presença de filhos co residentes. Ainda, é inegável que, em níveis estruturais, a presença de filhos seja muito influente para a participação feminina no mercado de trabalho, mesmo antes da pandemia. Já a participação masculina, também parece ser influenciada pela presença de filhos, mas de maneira contrária à feminina, ou seja, os homens com filhos em idade pré-escolar apresentam os maiores índices de participação, seguidos pelos homens com filhos em idade escolar, depois pelos com filhos de mais de 12 anos e por fim os sem filhos. Além disso, apesar de terem apresentado queda da participação em 2020, os homens, no geral, não caíram abaixo de 90% de participação e, em pontos percentuais, não atingiram nem a metade da queda da participação feminina. Com a mudança brusca na taxa de participação, fica difícil comparar as estimativas de taxa de desemprego, então vamos nos restringir a analisar a qualidade dos empregos que restaram a seguir.

**TABELA 3**  
Análise descritiva, por sexo e jornada de trabalho  
Brasil - 3º trimestre 2019 a 2021

Variáveis	Jornada integral			Jornada parcial			Total		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
<b>Mulheres</b>									
Horas de trabalho (média)	42,7	42,2	42,5	17,1	17,6	17,3	37,8	37,7	37,9
Rendimento médio mensal (em R\$)	2.938	3.075	2.798	1.210	1.276	1.134	2.620	2.759	2.502
Carteira assinada ou contribuição (%)	76,0	78,8	76,1	29,3	33,9	30,5	67,1	70,6	67,7
Trabalho precário (%)	34,1	26,8	36,0	64,9	59,4	62,6	39,1	31,9	40,1
Presença de filhos (%)									
Sem filhos	54,6	53,7	54,7	44,8	45,5	47,3	52,7	52,2	53,3
Filhos idade pré-escolar	11,4	12,7	12,2	14,3	13,7	13,3	12,0	12,9	12,4
Filhos idade escolar	18,8	18,9	18,8	24,6	23,8	22,8	19,9	19,8	19,6
Filhos mais de 12 anos	15,2	14,8	14,3	16,3	17,0	16,5	15,4	15,2	14,7
Proporção	80,9	81,8	81,6	19,1	18,2	18,4	100,0	100,0	100,0
<b>Homens</b>									
Horas de trabalho (média)	45,0	44,5	44,8	18,6	18,9	18,6	43,4	43,0	43,1
Rendimento médio mensal (em R\$)	3.507	3.625	3.303	1.392	1.371	1.276	3.378	3.491	3.177
Carteira assinada ou contribuição (%)	70,5	71,5	70,1	20,8	24,6	23,8	67,4	68,7	67,2
Trabalho precário (%)	30,7	27,2	32,7	73,5	69,2	69,4	32,9	29,3	34,7
Presença de filhos (%)									
Sem filhos	53,1	52,5	53,7	53,2	52,3	55,1	53,1	52,5	53,8
Filhos idade pré-escolar	16,1	16,5	16,2	16,4	16,2	14,7	16,1	16,5	16,1
Filhos idade escolar	18,9	19,6	18,8	18,8	18,8	18,4	18,9	19,5	18,8
Filhos mais de 12 anos	12,0	11,4	11,3	11,6	12,6	11,8	11,9	11,5	11,4
Proporção	93,8	94,0	93,7	6,2	6,0	6,3	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019 a 2021.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas segundo a jornada de trabalho para mulheres e homens. Nota-se que 18,4% das mulheres e apenas 6,3% dos homens trabalhavam em jornada parcial, em 2021. Este tipo de jornada é caracterizada pela maior presença de trabalho precário, 62,6% para mulheres e 69,4% para homens e menores salários médios. É interessante comparar estes resultados com os obtidos no artigo de Guiginsky e Wanjinman, de 2019, que utilizou dados de 2013 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), mas realizou a amostragem da mesma maneira em que foi realizada neste projeto. A amostra de 2013 apresentava apenas 19% das mulheres sem filhos e 28% dos homens, enquanto a amostra deste projeto, cerca de 50% para ambos em todos os anos, assim, na época criou-se a hipótese de que mulheres com filhos se sujeitam mais ao trabalho precário que as sem filhos. Já os resultados deste projeto sugerem que as mulheres sem filhos se sujeitam mais a esse tipo de trabalho, contudo, as com filhos em idade escolar ficariam em segundo lugar. Considerando que a participação das mulheres com filhos também seja menor do que as de 2013, apresentadas no artigo mencionado, existe a possibilidade de que as mulheres com filhos venham cada vez mais optando por deixar a força de trabalho, ao invés de se submeter a postos de trabalho precários. Porém, segue sendo a jornada parcial de trabalho um fenômeno do trabalho feminino.

## CONCLUSÕES:

Em primeiro lugar, é importante salientar que os resultados obtidos são apenas um retrato da realidade a partir dos dados da PNAD contínua sem contudo, realizar qualquer inferência causal. Por esse motivo, não é possível afirmar se estes efeitos são decorrentes da pandemia em si, ou dos demais fatores da conjuntura de 2019 a 2021, como a reforma trabalhista, que foi mencionada. Ainda assim, é possível afirmar que, com o movimento acentuado de saída da força de trabalho em 2020, apesar da recuperação relativa, nesse sentido, em 2021, as mulheres, com ou sem filhos, ficaram em desvantagem em relação aos homens, pois voltaram menos para força de trabalho, se distanciando em cerca de dois pontos percentuais das taxas de participação e de ocupação em 2021, em relação a 2019, em todas as categorias, enquanto os homens apresentaram uma variação de até somente 0,5 pontos percentuais. E, em especial as mulheres com filhos, além de apresentarem, em 2021, as menores taxas de participação, sofrem com as maiores taxas de desemprego, sendo sempre mais penoso quanto mais novos forem os filhos, como é o exemplo da taxa de desemprego para mulheres com filhos em idade pré escolar em 2021, 14,7%, quase três vezes maior que os homens da mesma categoria (5,2%), o que indica que há uma grande resistência do mercado a contratar mulheres desta categoria, o que incentiva sua saída do mercado de trabalho.

Sendo assim, os resultados obtidos corroboram para a hipótese de que há uma penalidade pela maternidade e que a mesma se intensificou durante o período da primeira e segunda ondas da pandemia de COVID-19, mas, para afirmar com certeza, seriam necessárias mais análises que levassem em consideração os movimentos que se estabeleceram após a reforma trabalhista, o concedimento de auxílio emergencial e os momentos mais ou menos intensos no que diz respeito a medidas de restrição, por exemplo. Outras manobras analíticas para contornar a limitação da amostra a indivíduos na condição de responsável ou cônjuge do responsável, como a expansão do conceito de maternidade e paternidade também poderiam se tornar interessantes para entender como a responsabilidade pelo o cuidado em si pode gerar penalidades. Contudo, os resultados foram satisfatórios para o objetivo original deste projeto.

## BIBLIOGRAFIA

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1–26, 4 nov. 2019.

GORAYEB, D. et al. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA DE 2020: saída da força de trabalho e indisponibilidade. In: *Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Editora CRV|Unicamp. IE., 2021. p. 285–357.

TEIXEIRA, M.; ALEGRI, T. A PODEROSA MÃO INVISÍVEL DOS CUIDADOS: produção e reprodução em tempos de crise. In: *Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Editora CRV|Unicamp. IE., 2021. p. 271–283.

GUIMARÃES, R. R. M.; FÍGOLI, M. G. B.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Permanência na precariedade e no trabalho decente: um modelo multiestado para as transições segundo a qualidade da ocupação para o Brasil Metropolitano (2003-2007). In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 17., 2010, Caxambu, MG. Anais [...]. Caxambu: Abep, 2010.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 6, n. 11, 2010.